



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Sobre a Saúde Militar



22 Maio 2006

Relativamente ao Despacho Conjunto nº 393/2006, de 2 de Maio sobre a Saúde Militar, importa clarificar a posição da ANS.

A posição de princípio sobre a questão mais geral da necessidade de medidas tendentes à racionalização e economia de meios as Forças Armadas é a de que somos apologistas de medidas nesse sentido, desde que salvaguardadas a operacionalidade, a qualidade dos serviços visados e as parcas compensações inerentes à Condição Militar.

É neste sentido que se insere, por exemplo a proposta que apresentámos ao ministro da Defesa Nacional na audiência de Junho de 2005, e ainda sem resposta, de constituição de uma Escola de Formação dos Sargentos das Forças Armadas.

Quanto a este Despacho conjunto, temos fundadas preocupações.

Do Despacho:

"Dos vários estudos elaborados sobre o sistema de saúde militar no Ministério da Defesa Nacional resulta a conclusão inequívoca de que existe todo o interesse em criar um novo modelo de gestão hospitalar que abranja um conjunto de recursos, nomeadamente humanos, materiais, financeiros e de infra-estruturas dos hospitais militares dos três ramos.

A reforma do sistema de saúde militar passa obrigatoriamente por uma reorganização que garanta, por um lado, a continuidade da qualidade dos serviços prestados e a capacidade de participação em missões internacionais, bem como, por outro, a otimização dos meios e uma melhor articulação com o Serviço Nacional de Saúde"

Ficamos a saber que já existem vários estudos elaborados no seio do próprio ministério ao longo dos anos, aos quais nunca tivemos acesso; e que a reforma pretendida pelo Governo, prossegue objectivos respeitáveis.

Mas este Governo habituou-nos desde o seu programa eleitoral a um antagonismo entre o que declara querer fazer e o que faz. Devemos ser cautelosos nas apreciações e não alimentar expectativas que podem gorar-se.

A constituição deste Grupo de Trabalho (GT) é uma novidade preocupante. Desta feita, para além das associações não terem sido nomeadas como seus membros, também os ramos não constam expressamente na nomeação.

Em contrapartida: *"O coordenador do grupo de trabalho recebe uma remuneração mensal no montante de € 1696. Os restantes elementos do grupo de trabalho, com excepção para os que forem contratados, recebem remuneração mensal no montante de € 700,33".*



Para já o GT servirá para compor o vencimento dos funcionários do Estado destacados para aquele grupo, sem prejuízo do seu vencimento como tal.

Mas os especialistas contratados do exterior, a esses será aplicado, certamente, o princípio enunciado no conselho da comissão Luís Fábrika, de contrato individual de trabalho, onde serão discutidos caso a caso as respectivas remunerações.

Algumas questões para reflexão:

- Se há muitos anos que se fala na reestruturação da saúde e foram elaborados os respectivos estudos, hoje causa-nos muita estranheza que para a coordenação do GT seja preciso ir buscar alguém fora das FFAA - segundo informação veiculada pela imprensa, pessoa ligada ao grupo Mello.
- Há anos que este debate decorre no seio dos ramos com teoria produzida. **Será necessário pagar para esse estudo ser feito?** Temos muitas e sérias dúvidas.
- A nossa preocupação sobre a salvaguarda da operacionalidade e da qualidade dos serviços cresce ainda mais, quando o grupo Mello passa a ter assento no Grupo de Trabalho. E por duas razões principais:
 - **A primeira**, porque o grupo Mello é um interessado privilegiado na área da saúde e assim, não só fica na posse de conhecimentos que depois usará, como as conclusões do estudo poderão ser tendenciosas;
 - **A segunda**, porque o grupo Mello está envolvido em toda aquela polémica do hospital Amadora/Sintra, onde a qualidade dos serviços é sacrificada aos lucros.

Como uma má notícia nunca vem só ficámos a saber, pela edição do DN de 20 de Maio, que foi criado um segundo Grupo de Trabalho para estudar, até 15 de Dezembro, a reestruturação das carreiras militares, tendo sido nomeado para seu presidente o TGEN Pinto Ramalho. Do anterior GT, nomeado para produzir o mesmo trabalho até 30 de Novembro de 2005, presidido pelo MGEN Vítor Costa, nada se sabe: nem se ainda existe, nem se produziu coisa alguma.

Em ambos os casos as associações socioprofissionais dos militares estão à margem contrariando expectativas criadas pelo Secretário-geral do MDN, MGEN Luís Sequeira.

Mais uma vez a lei não é cumprida pelo Governo na constituição destes Grupos de Trabalho, o que indicia uma atitude muito pouco saudável num Estado de Direito Democrático, como gostam de dizer mas não de praticar.

Também nesta área, *para que a razão e a justiça prevaleçam e a lei seja cumprida, FAREMOS O QUE TIVERMOS QUE FAZER!*

Lisboa, 22 Maio de 2006

A Direcção